

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 42/2012**

Período: 17/11/2012 – 23/11/2012

GEDES – Brasil

- 1- Membros do Levante Popular da Juventude são processados por calúnia
- 2- Forças Armadas participam da Operação Atlântico III
- 3- Jornal pesquisa envolvimento de militares com o crime no Distrito Federal
- 4- Comissão da Verdade utilizará documentos de coronel do Exército para investigações
- 5- Fonteles assume coordenação da Comissão Nacional da Verdade
- 6- Documentário contém entrevistas de presos políticos brasileiros
- 7- Exército faz projeto de infraestrutura do aeroporto de Vitória
- 8- Colunista comenta a tentativa de refundar o partido Arena e a inserção de nova disciplina na estrutura curricular
- 9- Avibrás assina acordo para a venda de Astros-2 à Indonésia
- 10- Ministério Público Federal ingressa com ação civil pública contra a União e coronel
- 11- Claudio Fonteles publica textos sobre as violações de direitos humanos a partir dos documentos averiguados pela Comissão Nacional da Verdade

1- Membros do Levante Popular da Juventude são processados por calúnia
Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, seis membros do grupo Levante Popular da Juventude estão sendo processados na cidade de Aracaju, estado de Sergipe, pelo crime de calúnia praticado contra o médico José Carlos Pinheiro. O fato ocorreu após a participação dos seis estudantes em dois “escrachos”: manifestações públicas para divulgar nomes de pessoas que colaboraram com o regime militar (1964-1985) na prática de violações de direitos humanos. De acordo com os manifestantes, Pinheiro teria participado de sessões de tortura examinando o estado de saúde e avaliando o quanto as vítimas suportariam os atos violentos praticados. Entretanto, Pinheiro afirmou em nota que “minha formação ética e humanista não se compadece com o auxílio a qualquer atividade de tortura”. Já o advogado dos manifestantes, João Paulo Santana, declarou que a manifestação foi baseada em depoimentos de ex-presos políticos que teriam sido torturados na presença de Pinheiro – como no caso do ex-vereador Marcélio Bonfim, relatado em pronunciamento na Câmara Municipal de Aracaju, em 1989. Pinheiro afirmou que tudo não passa de um engano e que foi confundido com outra pessoa, apesar disso ingressou com ação penal contra Bonfim, que foi arquivada pela Justiça. (Folha de S. Paulo – Poder – 17/11/12)

2- Forças Armadas participam da Operação Atlântico III
Conforme publicado pelo periódico *Correio Braziliense*, cerca de 10 mil militares das Forças Armadas participam da Operação Atlântico III. Esta, que

foi iniciada no dia 19/11/12 e tem previsão de término para 30/11/12, visa proteger os recursos marítimos nas regiões Sul e Sudeste do país, incluindo as áreas de petróleo na camada do pré-sal. A operação conta com a ajuda do Ministério da Defesa, que, pela primeira vez, poderá utilizar equipamentos novos de alta tecnologia, além dos sete navios, seis helicópteros e dois submarinos cedidos pela Marinha. A Força Aérea Brasileira disponibilizou 15 aeronaves de combate e patrulha e o Exército, 200 viaturas de transporte de tropas, ambulâncias e blindados. (Correio Braziliense – 18/11/12)

3- Jornal pesquisa envolvimento de militares com o crime no Distrito Federal
Segundo publicação do jornal *Correio Braziliense*, o envolvimento de militares das Forças Armadas no Distrito Federal em crimes tem sido cada vez mais frequente. Em menos de dois anos, integrantes das três Forças foram acusados e presos por compor quadrilhas, promover roubos e praticar sequestros relâmpagos. O jornal advogou que, apesar de não haver estudos sobre o comportamento de militares que se envolveram com a criminalidade, o perfil dos mesmos poderia ajudar a compreender as suas causas. Conforme o *Correio*, na avaliação de especialistas consultados pelo jornal, as causas apontariam para um conjunto de fatores presente na maioria dos detidos: indivíduos provenientes de origem humilde, que residem na periferia e se alistam para “melhorar de vida”, porém, se deparam com a falta de perspectiva de seguir carreira nas instituições. O antropólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Testa apontou que, historicamente, as Forças Armadas eram vistas como um processo para a iniciação da idade adulta de caráter pedagógico, que disciplinava e criava valores. Hoje, entretanto, há o sucateamento dos batalhões e a dispensa em massa de recrutas, o que, segundo Testa, institui um problema social: “A partir do momento em que você treina um menino durante um ano e não cria possibilidades para ele permanecer nos quadros, cria-se um enorme problema, pois ele aprendeu a usar armas. Quando ele não vislumbra condições de dar sequência ao serviço militar, que para muitos é um sonho, fica frustrado e mais vulnerável, no sentido de se deixar seduzir por propostas de organizações criminosas”. O pesquisador em segurança pública e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) Nelson Gonçalves de Souza alertou que, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, já foram detectadas tentativas do crime organizado infiltrar jovens nas Forças Armadas, que servem como instrumento para roubo de armas e munições. A defensora pública federal, Caroline Paula Oliveira Piloni, destacou as dificuldades que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica têm em lidar com jovens despreparados em termos de cultura e escolaridade: “O que acontece, na verdade, é que as Forças pegam, de uma maneira geral, jovens com formação escolar muito baixa, normalmente oriundos de famílias desestruturadas e que cresceram em locais sem acesso aos serviços básicos. Querer que as corporações em um ano transformem esses rapazes não é correto”. Piloni também apontou o crescente envolvimento de militares com drogas dentro das unidades e afirmou que os casos de uso e de tráfico de drogas por soldados já superam os de deserções. O *Correio* solicitou às três Forças informações sobre os militares do Distrito Federal envolvidos em crimes. O Exército informou que, de cerca de 200 mil homens em todo o país, o percentual de delitos cometidos foi de 0,2% em 2012 e que, destes, 80% teriam

sido realizados por temporários que prestam serviço militar. A Aeronáutica afirmou que garante programas de acompanhamento aos jovens que ingressam todos os anos, com apoio psicológico, médico e social. A Marinha não respondeu à reportagem. Ainda conforme o *Correio*, um dos principais traficantes da cidade do Rio de Janeiro, é o ex-militar Marcelo Soares de Medeiros, que serviu ao Exército entre os anos de 1992 e 1997 e integrou o 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista. Atualmente, membro do grupo Terceiro Comando, rival do Comando Vermelho, a polícia o responsabiliza pela venda de entorpecentes nas favelas da região do Dendê. Após ser dispensado do serviço militar, Medeiros passou a ensinar táticas militares e treinamento de guerrilha para seus comandados. (*Correio Braziliense* – 18/11/12)

4- Comissão da Verdade utilizará documentos de coronel do Exército para investigações

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os documentos entregues pela família do coronel reformado do Exército Júlio Miguel Molinas Dias, morto a tiros em novembro de 2012, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, serão utilizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) na investigação da morte do deputado cassado Rubens Paiva e do atentado no Riocentro, em 1981, eventos ocorridos durante o regime militar (1964-1985). Dias era responsável pelo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do Rio de Janeiro quando ocorreu o caso do Riocentro. Os jornais apuraram que os documentos contêm um termo do Exército que aponta à apreensão de objetos pessoais de Rubens Paiva no DOI-Codi e, segundo o *Estado*, haveria também um ofício que identifica a chegada de Paiva ao órgão, trazido por uma equipe do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa). Além disso, de acordo com a *Folha*, há um relatório manuscrito de Dias sobre o Riocentro, juntamente com duas guias de entrada e saída de material explosivo do Exército no período do atentado. Segundo a *Folha* o promotor de Justiça Militar do Rio de Janeiro, Otávio Bravo, que investiga, desde 2011, 39 desaparecimentos de presos políticos, como o de Rubens Paiva, os documentos auxiliarão para que se possa confirmar que Paiva “morreu sob tortura do Estado”, como declarado por testemunhas. Além disso, poderá ser apontado o agente da repressão que esteve em contato com o ex-deputado enquanto este ainda estava vivo. O presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Jair Krischke, salientou que os documentos poderão reafirmar, por meio documental, como Paiva foi morto, pelas “mãos do Estado”. O Exército declarou, em sua versão desde o desaparecimento de Paiva, que este foi resgatado durante sua ida a um local no Rio de Janeiro para efetuar um reconhecimento. Em janeiro de 1971, Rubens Paiva, que trabalhava como engenheiro no Rio de Janeiro, fora procurado por agentes que se declaravam da Aeronáutica e levado ao DOI-Codi e desde então, não fora mais visto pela família. As informações, entregues ao delegado Luis Fernando Martins Oliveira, serão examinadas e disponibilizadas à Justiça. Entretanto, de acordo com *O Estado*, após a morte de Dias, militares do Exército foram à sua casa e recolheram outros documentos que lá se encontravam, fato este que ainda precisa ser esclarecido. A CNV declarou que realizou um pedido ao governador do Rio

Grande do Sul, Tarso Genro, para conseguir o acesso aos papéis. Questionado, o governador respondeu que não leu os documentos que estão sob posse da polícia, mas que ficou sabendo de seu teor e os considerou como “importantes”. Na semana do dia 11/11/12, representantes da Comissão foram à Porto Alegre e obtiveram um contato parcial com os documentos. De acordo com Krischke, “esses documentos não são particulares, mas do Estado brasileiro” e, portanto, devem tornar-se públicos. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/11/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/11/12)

5- Fonteles assume coordenadoria da Comissão Nacional da Verdade

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ex-procurador-geral da República Cláudio Fonteles foi eleito, no dia 19/11/12, novo coordenador da Comissão Nacional da Verdade, como substituto do vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp. Desde 01/10/12 Fonteles ocupava o cargo, porque Dipp tirara licença médica. Mesmo assim, o vice-presidente continua sendo um membro da Comissão. A rotatividade para a coordenação da Comissão está determinada em seu regimento interno, que tem as atribuições de convocar, presidir e organizar os assuntos das reuniões. No dia 16/11/12, a Comissão da Verdade completou seis meses. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/11/12)

6- Documentário contém entrevistas de presos políticos brasileiros

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o documentário “Brasil: O Relato de Uma Tortura”, produzido pelos estadunidenses Haskell Wexler e Saul Landau, estreou nos cinemas, no dia 20/11/12, com “31 anos de atraso”, visto que foi gravado em 1971, no Chile. O filme contém entrevistas com presos políticos brasileiros exilados no Chile que foram trocados pelo embaixador da Suíça Giovanni Enrico Bucher durante o regime militar brasileiro (1964-1985). No dia 22/11/12, a *Folha* publicou que, durante um debate sobre o filme que ocorreu no Instituto Moreira Salles, na cidade do Rio de Janeiro, ex-militantes que atuaram durante o regime tomaram conhecimento de como a produção dos estadunidenses foi divulgada no Brasil, por meio de sessões domiciliares que contaram com a presença de alguns nomes da cultura brasileira, como Tom Jobim e Elis Regina, de acordo com o diplomata e cineasta Jom Tob Azulay. Ainda segundo a *Folha*, o filme destaca técnicas de tortura que eram praticadas durante o regime por militantes. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/11/12; Folha de S. Paulo – Poder – 22/11/12)

7- Exército faz projeto de infraestrutura do aeroporto de Vitória

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, autorizou a contratação de projetos de engenharia do terminal de passageiros do aeroporto de Vitória, no estado do Espírito Santo, pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), durante audiência com o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. De acordo com o *Correio*, o Exército brasileiro está encarregado de fazer o projeto executivo do pátio e da pista do aeroporto, o qual deverá ser entregue no dia 15/12/12. (Correio Braziliense – 21/11/12)

8- Colunista comenta a tentativa de refundar o partido Arena e a inserção de nova disciplina na estrutura curricular

Em coluna opinativa publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o filósofo e articulista Hélio Schwartsman elencou dois acontecimentos recentes como sinais de um retrocesso político no Brasil: a tentativa de refundar o partido Arena – que sustentou o regime militar (1964-1985) – e a aprovação pelo Senado de um projeto de lei que insere na estrutura curricular obrigatória do ensino fundamental a disciplina Cidadania Moral e Ética – que, segundo o autor, é um novo nome para a antiga Moral e Cívica, que vigorava na época do regime militar. No que diz respeito ao novo partido político, Schwartsman o definiu como “um bando de jovens que, provavelmente devido à ausência de boas aulas de história, não entendeu que golpes de Estado são um péssimo jeito de solucionar conflitos políticos”. Já quanto à implementação da nova disciplina, o autor afirmou estar mais preocupado, uma vez que a medida poderá prejudicar o já deficiente ensino brasileiro. E declarou ainda que “é incrível que senadores ainda não tenham compreendido que assistir a aulas de ética não torna ninguém ético”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 21/11/12)

9- Avibrás assina acordo para a venda de Astros-2 à Indonésia

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a empresa brasileira Avibrás Indústria Aeroespacial assinou com o governo da Indonésia um acordo comercial no valor de US\$ 400 milhões para equipar batalhões especializados do Exército indonésio com unidades do lançador de foguetes de artilharia Astros-2. Segundo o jornal, os indonésios selecionaram a versão MK-6, a mais avançada do portfólio de Avibrás, a qual emprega foguetes com alcance entre 9 a 100 km. O tamanho do pacote está protegido por cláusula de confidencialidade, mas estima-se que chegue a 40 unidades. O protocolo inicial foi assinado, no dia 08/11/12, na cidade de Jacarta, capital da Indonésia, entre o diretor da Agência de Aquisições do Ministério da Defesa indonésio, Ediwan Prabowo, e o presidente da Avibrás, Sami Hassuani. Segundo Hassuani, a concorrência para vender os lançadores na Indonésia foi “pesada”. Ele estimou que os documentos finais sejam assinados em 90 dias e as entregas finalizadas em três anos. De acordo com o *Estado*, a amplitude do contrato foi considerada grande, contendo dois grupos completos do Astros, com carretas lançadoras, blindados de comunicações, comando e controle, além de viaturas para o radar de coordenação junto das centrais de meteorologia. O ministro da Defesa, Celso Amorim, declarou que “o negócio mostra a importância de o Brasil dedicar-se ao trabalho com novos protagonistas e parceiros”, e destacou a relevância da Indonésia no contexto mundial, lembrando que o país também já adquiriu aeronaves Super Tucano, da Empresa Brasileira Aeronáutica (Embraer). No dia 22/11/12, *O Estado* afirmou que tal negociação deve ser cumprida até o ano de 2015 e que o presidente da Indonésia, Susilo Bambang, acompanhou pessoalmente os diálogos e foi conhecer o sistema Astros na feira Expo Defense. Um diplomata e especialista no pacto Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) destacou que as compras realizadas pelo governo da Indonésia poderão abrir espaço para novas negociações. O jornal ainda afirmou que a Avibrás será parceira do grupo europeu MBDA, que é

fabricante de mísseis em projetos militares espaciais. Um dos projetos “é a motorização e integração dos novos Exocet-39 do tipo ar-superfície” que a Marinha brasileira está comprando para utilizar em helicópteros de combate. Segundo Hassuani, o acordo com a empresa MBDA seria “uma forma rápida de acesso às novas tecnologias controladas”. De acordo com *O Estado*, o investimento da Marinha no programa é de US\$ 75 milhões. Estima-se que existam 900 mísseis do mesmo tipo em estoque em 15 países, dos quais 13 se mostraram interessados em ampliar a validade operacional dos equipamentos. A modernização se constitui na instalação de um novo motor, de combustível sólido, revisão integral da fuselagem, partes móveis e da carga eletrônica, chegando a custar US\$ 1 milhão e abre caminho pra o ManSup, míssil antinavio de superfície brasileiro. O primeiro voo do protótipo do ManSup está previsto para o ano de 2017, com as entregas para 2018 e 2019, sendo que foram destinadas US\$ 50 milhões da força naval para o projeto. Amorim mencionou que o ManSup deverá atender as necessidades brasileiras e deve ser um produto competitivo no mercado internacional. O periódico ainda destacou que, a curto prazo, o projeto da Avibrás com a MBDA é “um míssil antiaéreo capaz de atingir invasores a 30 km, na altitude de até 15 mil metros”, sendo prioridade da Defesa para a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/11/12; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/11/12)

10- Ministério Público Federal ingressa com ação civil pública contra a União e coronel

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou na Justiça com uma ação civil pública contra a União e o coronel da reserva do Exército Lício Augusto Ribeiro Maciel pela prisão, tortura e homicídio de quatro militantes do Movimento de Libertação Popular (Molipo) que lutava contra o regime militar (1964-1985) nas cidades que hoje pertencem ao estado do Tocantins. Os corpos de Ruy Carlos Vieira Berbert, Jeová Assis Gomes, Boanerges de Souza Massa e Arno Preiss nunca foram encontrados. Na ação, o MPF pede a preservação da prisão onde Berbert morreu e também que a União seja declarada responsável pelos crimes e pelas omissões na identificação dos responsáveis e nas circunstâncias que os atos de violência ocorreram. De acordo com o *Estado*, os coronéis da reserva, Sebastião Curió e Maciel estão entre os agentes mais processados pelo Ministério Público por violações de direitos humanos. Maciel, em entrevista ao jornal, afirmou que “estava combatendo comunistas guerrilheiros, como esses vagabundos da Molipo” e que “os que resistiram, morreram; quem não reagiu, viveu”. A Advocacia Geral da União (AGU) contestará a ação afirmando que casos semelhantes a estes foram perdoados com base na Lei da Anistia de 1979. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/11/12)

11- Claudio Fonteles publica textos sobre as violações de direitos humanos a partir dos documentos averiguados pela Comissão Nacional da Verdade

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, foi divulgado, no dia 22/11/12, pelo coordenador da Comissão Nacional da Verdade Claudio Fonteles, uma série de textos que acusam 11 agentes do Estado, entre civis e militares, pela morte

sob tortura de cinco militantes de esquerda durante o regime militar (1964-1985). Esta revelação foi feita após a análise de três peritos da Polícia Civil da cidade de Brasília, no Distrito Federal, que constataram que Carlos Marighella (1911-1969) foi morto sem reagir, contrariando assim a versão oficial. Fonteles atribuiu a morte de Marighella a Milton dos Santos (1917-1981), ex-chefe do Centro de Informação do Exército (CIE). É a primeira vez que a Comissão Nacional da Verdade torna público textos produzidos por um de seus integrantes. Segundo o próprio Fonteles, o objetivo é “abrir amplo espaço de diálogo, visando enriquecer essa pesquisa inicial com sugestões e críticas”. Os documentos utilizados para compor os textos já foram usados por jornais, acadêmicos e escritores. Fonteles revelou em seus textos “que o metalúrgico Manoel Fiel Filho (1927-1976), o militante da ALN (Ação Libertadora Nacional) Joaquim Câmara Ferreira (1913-1970), o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto (1940-1969), o engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira (1944-1971) e o sargento da Aeronáutica João Lucas Alves (1935-1969) morreram sob tortura por agentes do Estado”. Ainda, segundo Fonteles, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo, participou da morte de Ferreira, assim como agentes e leigos encobriram a morte de Aldo de Sá Brito Souza Neto da ALN (1951-1971) e ainda que houve obstrução do Ministério da Justiça na apuração da morte do padre Silva Neto. Fonteles, com base em um relatório confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI), também revelou a participação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na produção de armas para o movimento militar responsável por retirar o presidente da República João Goulart do poder, em 1964. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) da Fiesp foi o responsável pelo “fornecimento de armas e equipamentos militares aos revolucionários paulistas”. A *Folha* procurou a Fiesp para comentar o assunto, entretanto não obteve retorno. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/11/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais)
Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC), Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações

Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista FAPESP).